



CONTRATO DE RATEIO Nº 31/2017

I – PARTES CONTRATANTES

O **MUNICÍPIO DE IÚNA**, inscrito no CNPJ sob nº 27.167.394/0001-23, com sua sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Avenida Desembargador Epaminondas Amaral, nº 58, centro, Iúna/ES, cep: 29.390-000, doravante denominado simplesmente **CONSORCIADO** neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **WELITON VIRGILIO PEREIRA**, brasileiro, casado, servidor público, portador do CPF nº 998.381.257-68 e RG nº 11.639.8, residente na Rodovia ES, nº 185, Barra da Boa Sorte, Nossa Senhora das Graças, Iúna/ES, cep: 29.390-000,e;

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - CIM PEDRA AZUL** constituído sob a forma de associação pública, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, a Av. Modolo, Nº 421, Aracê, Centro, Domingos Martins - ES, inscrito no CNPJ nº 02.760.004/0001-01, doravante denominado simplesmente **CONSÓRCIO**, neste ato representado por seu Presidente, Sr. JOÃO DO CARMO DIAS, brasileiro, casado, prefeito de Brejetuba, portador do CPF nº. 478.319.017-87, celebram o presente Contrato de Rateio, o qual se regerá pela Lei Federal 11.107/2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, pela Portaria STN/SOF nº 72/2012, pelo Contrato de Consórcio público do **CIM PEDRA AZUL**, e pelas cláusulas e condições abaixo descritas.

II – DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do **CONSÓRCIO** entre os Entes **CONSORCIADOS** nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do **CONSÓRCIO**, para fins de execução dos objetivos e finalidades do **CONSÓRCIO** no tocante ao modelo de governança regional para oferta de serviços relativos à área de saúde, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.

Parágrafo Único. – Consideram-se despesas do **CONSÓRCIO**, entre outras:

Custos despendidos na instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;
Custos despendidos na execução dos objetivos e das finalidades do **CONSÓRCIO** relativos à área de saúde, previstos no Contrato de Consórcio Público;
Custos despendidos na remuneração de empregados, nela incluída os encargos trabalhistas;
Custos despendidos com serviços de terceiros necessários ao bom funcionamento das atividades do **CONSÓRCIO**, bem como para a execução de ações e projetos conforme disposto no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, em benefício dos municípios consorciados.
Custos despendidos com serviços de terceiros necessários à modernização tecnológica dos procedimentos adotados, assessoramento técnico, jurídico e profissional especializado, e ainda execução das melhores práticas de gestão aplicáveis ao **CONSÓRCIO**;
Custos despendidos na participação de eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessários a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado.



III – DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA – As partes contratantes comprometem-se a cumprir as seguintes obrigações:

I - Compete ao CONSÓRCIO:

- Disponibilizar ao **CONSORCIADO** os serviços selecionados pela sua Secretaria Municipal de Saúde, desde que constantes da Tabela de Valores e Procedimentos de Serviços de Saúde, ou daqueles aprovados pela Assembleia Geral do **CONSÓRCIO**, objetivando a execução do presente **CONTRATO**;
- Somente lançar no sistema gerencial os valores financeiros repassados pelo **CONSORCIADO** após o recebimento do documento contábil que comprove a rubrica financeira pertinente ao recurso financeiro recebido e o comprovante do depósito realizado;
- Enviar ao **CONSORCIADO** os relatórios da execução orçamentária e financeira do **CONSÓRCIO**, referente aos recursos recebidos por meio deste Contrato de Rateio, a fim de permitir a consolidação das contas pelo **CONSORCIADO** e a elaboração dos relatórios fiscais de que trata os Artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000;
- Adotar todas as providências cabíveis à execução do presente **CONTRATO**;
- Providenciar o credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação dos serviços de saúde constantes da Tabela de Valores e Procedimentos de Saúde do **CONSÓRCIO**;
- Disponibilizar ao **CONSORCIADO** a possibilidade de participação em eventos, cursos, treinamentos, intercâmbios, viagens e outros que proporcionem a troca de experiências e aprendizado necessário a promover a constante melhoria e aprimoramento do modelo consorcial adotado;
- Adotar as recomendações emanadas pelo **CONSORCIADO** em cumprimento à legislação e normas aplicáveis aos serviços a serem disponibilizados;
- Cumprir com as deliberações de sua Assembleia Geral e Câmara Setorial de Saúde, no tocante a execução de despesas com recursos advindos do Contrato de Rateio firmado com os entes consorciados;
- Apresentar, por meio de sistema de gestão de consórcio, relatórios ao **CONSORCIADO** dos repasses recebidos, rateio das despesas com administração e manutenção da sede, serviços de saúde utilizados, realização de agendamentos de serviços de saúde, e saldo financeiro existente em razão da execução deste **CONTRATO**;
- Zelar pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições deste **CONTRATO**.

II - Compete ao CONSORCIADO:

- Selecionar as ações, os projetos e os serviços de saúde demandados pela sua população;
- Enviar imediatamente ao **CONSÓRCIO** cópia da Nota de Pagamento e do comprovante de depósito pertinente ao repasse realizado, visando permitir a escrituração da receita na rubrica correta, bem como lançar o crédito financeiro no sistema gerencial do **CONSORCIO** visando autorizar o **CONSORCIADO** a realizar agendamentos dos serviços de saúde demandados;
- Proceder à triagem e encaminhamento das pessoas que serão atendidas por meio da execução do presente **CONTRATO**;
- Acompanhar a prestação dos serviços de saúde credenciados e outros serviços contratados ou credenciados;
- Observar os limites de valores e quantitativos de atendimentos disponibilizados pelo valor estipulado no presente **CONTRATO**;



- Adotar providências cabíveis para o repasse da cota de custeio anual correspondente ao **CONSORCIADO**, no tocante às despesas administrativas e serviços prestados pelo **CONSÓRCIO**, podendo efetuar repasses mensais ou o repasse do valor integral da cota de rateio aprovada;
- Informar ao **CONSÓRCIO**, por escrito, qualquer inconformidade verificada na oferta dos serviços descritos na Cláusula Primeira, visando possibilitar a adoção de medidas corretivas;
- Realizar os repasses financeiros nos prazos e valores constantes do presente **CONTRATO**;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do presente **CONTRATO**;
- O agente fiscalizador do consorciado será o Sr. Adriano José da Silva Souza, Matrícula 307190, constante do quadro de funcionários desta municipalidade, nomeado por Portaria subscrita pelo Secretário Municipal de Gestão;
- Dar ampla divulgação do presente **CONTRATO** na imprensa oficial do **CONSORCIADO**.

IV – DO VALOR

CLÁUSULA TERCEIRA – Fica estabelecido que, a título de rateio das despesas do **CONSÓRCIO**, o **CONSORCIADO** repassará o valor anual de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), em parcela única ou dividido em parcelas mensais, devendo o valor total ser efetivamente repassado dentro do corrente exercício financeiro, conforme segue:

PARCELAS	MES	NATUREZA / VALOR					VALOR TOTAL (R\$)
		ADMINISTRATIVA		INVEST.	AMORT. DÍVIDA	SERVIÇOS	
		3.1.71.70	3.3.71.70	4.4.71.70	4.6.71.70	3.3.71.70	
1ª	JANEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2ª	FEVEREIRO	4.411,00	3.882,12	1.674,00	0,00	11.032,88	21.000,00
3ª	MARÇO	5.000,00	4.000,00	0,00	0,00	18.000,00	27.000,00
4ª	ABRIL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	18.000,00	28.000,00
5ª	MAIO	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	18.000,00	28.000,00
6ª	JUNHO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
7ª	JULHO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
8ª	AGOSTO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
9ª	SETEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
10ª	OUTUBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
11ª	NOVEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00	18.000,00
12ª	DEZEMBRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL ANUAL		19.411,00	17.882,12	1.674,00	0,00	191.032,88	
VALOR REPASSE ANUAL						R\$ 230.000,00	

§1º – O valor estabelecido nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo, mediante prévia disponibilidade orçamentária do **CONSORCIADO**, conforme a demanda de execução de ações e projetos e a necessidade do repasse de recursos financeiros suficientes para custeio dos mesmos.

§2º – O **CONSORCIADO** se obriga a repassar os valores contidos neste instrumento ao **CONSÓRCIO**, por meio de transferência bancária ou depósito na conta corrente do **CONSÓRCIO**, no Banco 104 – Caixa Econômica Federal, Agência nº 2040 – conta corrente 060000093-3 (Domingos Martins- ES), ou



outro que vier a ser indicado, tendo por limite para efetuar o montante do repasse o dia 25 do mês pertinente à execução das despesas, em caso da opção do repasse em parcelas mensais.

§3º – O CONSORCIADO se obriga a repassar os valores contidos no quadro do Inciso I da Clausula Quarta até a data limite de 31/07/2017, visando assegurar os recursos necessários para o pagamento das despesas administrativas inerentes ao funcionamento da sede do consórcio.

V – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA QUARTA – As despesas descritas na cláusula anterior correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde do **CONSORCIADO**, distribuídas na forma dos incisos I e II, sendo que os valores contidos no Inciso I deverá ser repassado até a data limite de 31/07/2017.

I – Dotações orçamentárias para cobrir as despesas com a administração da sede do consórcio:

- Projeto / Atividade: 110.001.10.302.0019.2.083 - Manutenção do Consórcio Público de Saúde

Elementos de Despesa	Valor	Fonte
3.1.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	19.411,00	1201
3.3.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	17.882,12	1201
4.4.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.674,00	1201
TOTAL - item I	38.967,12	

II – Dotações orçamentárias para cobrir as despesas com serviços de saúde:

-Projeto / Atividade: 110.001.10.302.0019.2.083 - Custeio com Serviços de Saúde

3.3.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	130.120,66	1201
3.3.71.70.00–Rateio pela Participação em Consórcio Público	60.912,22	1203
TOTAL - item II	191.032,88	
TOTAL GERAL (Item I + Item II)	230.000,00	

Parágrafo Único – A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa conforme disposto no art. 10, inc. XV, da Lei Federal n 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

VI – DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O presente instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2017.

VII – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA SEXTA – O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeita o **CONSORCIADO** inadimplente às penalidades previstas no Contrato de Consórcio Público firmado, Estatuto do **CONSÓRCIO** e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei Geral dos Consórcios Públicos).



VIII – DA AÇÃO PROMOCIONAL

CLÁUSULA SÉTIMA – Fica acordado que em toda e qualquer ação promocional, relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste **CONTRATO**, será obrigatoriamente destacado a participação do **CONSÓRCIO** e do **CONSORCIADO**.

CLÁUSULA OITAVA – As partes se comprometem a não utilização do nome e ou logomarca do **CONSÓRCIO** ou do **CONSORCIADO** em material estranho ao objeto deste **CONTRATO**.

IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA NONA – O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir da data de sua assinatura, e, retroagirá os seus efeitos financeiros a 03/01/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – O presente instrumento será rescindido automaticamente no caso de o **CONSORCIADO** deixar de integrar o **CONSÓRCIO**, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no Contrato de Consórcio Público e Estatuto do **CONSÓRCIO**.

X – DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Domingos Martins/ES para dirimir as dúvidas emergentes do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Iúna/ES, 14 de fevereiro de 2017.

Weliton Virgílio Pereira
CONSORCIADO

João do Carmo Dias
CONSÓRCIO

Testemunhas:

1 - _____ - CPF: _____

2 - _____ - CPF: _____